



ABEPSS GESTÃO 2001-2002

ABEPSS 2001-2002 management

Maria Aparecida Tardin Cassab¹

A gestão 2001-2002 da Abepss ocorreu num cenário bastante complexo para a educação superior no país. Em fins de 8 anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, a pauta educacional estava marcada pelo crescente processo de mercantilização de educação, com avanços estruturais no remodelamento da atuação estatal, frente aos direitos sociais e gestão de *res-pública*.

O ensino de graduação é compelido a ser um *aprendizado de ofício*, com a fragmentação dos componentes que o caracterizam como formação universitária.

Medidas como implantação de processos avaliativos do ensino superior e brutal crescimento do setor privado concorrem para o empresariamento da educação, destituindo-a da sua condição de direito social.

Nesse contexto, o programa de ação da gestão ganha sentido real quando a entidade elege como prioridades o fortalecimento do ensino público e a implantação das diretrizes curriculares, ponto central de luta na contracorrente do projeto em implantação pelos governos federal, estaduais e pelo empresariado do ramo educacional.

Essas prioridades, que se configuram como desafios, exigiram outro movimento, sem o qual não era possível enfrentá-los: o fortalecimento da Abepss.

¹ Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e Doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1999). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora. Presidente da Abepss 2001-2002. E-mail: <cassab@powerline.com.br>.

Assim, combinando os desafios e o movimento do real, a direção se dedicou a enraizar o projeto de formação profissional, atentando-se para a incorporação das bases teóricas e da lógica de construção das diretrizes, pelas unidades acadêmicas, considerando a implantação dos componentes curriculares e o atendimento das condições e demandas objetivas do trabalho docente e da ação discente no processo.

Isso se processa pela intensificação do trabalho de assessoria às unidades de ensino, utilizando como recursos, debates dos princípios, fundamentos e lógica das diretrizes; identificação e análise das dificuldades apresentadas; atenção à adesão e incorporação do conteúdo do projeto pelos discentes; oficinas em torno de conteúdos programáticos, disciplinas e componentes curriculares, com presença dos dirigentes da entidade; socialização e divulgação de projetos pedagógicos de algumas unidades de ensino; divulgação de relatórios das oficinas, em publicações especiais; elaboração e normatização de resolução de estágio e sobre integralização de carga horária de graduação; participação da entidade nas atividades da Enesso.

Tais ações partiam da compreensão da necessidade de prosseguir o avanço da entidade junto a seus membros, enraizá-la no cotidiano das escolas e envolver o maior número possível de sujeitos em seu processo de construção permanente. Entendia-se que apenas dessa forma seria possível fortalecer a entidade e dotá-la de condições para resistir às investidas crescentes de uma burocracia cada vez mais autocrática.

Nessa conjuntura é necessário registrar que a disputa pelo projeto de formação profissional foi permanente e intensa. O Ministério da Educação (MEC), ao aprovar as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, suprime partes fundamentais do texto encaminhado pela comissão de especialistas, além de esvaziar as funções desta comissão, o que prejudicou a sua interferência no processo. O objetivo do MEC sempre foi o de padronizar as diretrizes e com isso impor um projeto formativo distinto do previsto nas Diretrizes. A avaliação feita pela Abepss aponta que o governo:

Retira-os como parte de uma política que pretende submeter a educação e a universidade em particular às regras do mercado, tanto como campo privilegiado da acumulação quanto como no intento de fazer da universidade, esvaziada de seu papel de produtora de conhecimento, uma emissora de certificados. Retira-os como o discurso fácil da autonomia, bandeira tomadas dos setores mais democráticos das universidades, quando na realidade representa uma

tentativa de quebrar os processos coletivos de produção que se dão em vários campos do conhecimento (CASSAB, 2003, p. 146).

Além disso, a entidade, no embate entre projetos, reafirma sua concepção de educação e de formação profissional:

Não aceitamos isso. Nossa estratégia é defender a educação como lócus de produção de uma formação crítica e integradora que possibilite ao indivíduo estabelecer seus vínculos com a sua realidade de trabalhador brasileiro, produzindo, desenvolvendo e socializando conhecimento sintonizado às demandas sociais. O projeto de educação que defendemos compartilha com os movimentos dos trabalhadores da educação superior este norte estratégico, pois entende que o trabalho referencia-se na criatividade humana para a satisfação de suas necessidades e precisa assegurar a todos a liberdade de viver com dignidade, sob a égide da democracia (CASSAB, 2003, p. 147).

Por fim, enfatiza que:

Por consequência, as diretrizes curriculares para nós não são princípios abstratos que defendemos genericamente. Elas existem como a via necessária para a formação em nossos alunos do perfil profissional que coletivamente definimos. Esse perfil é o de um assistente social com capacidade crítica de análise que se expressa também em uma capacidade de ação inovadora e não reiterativa, referenciada no patrimônio teórico e ético que partilhamos no Serviço Social. Pela compreensão das diretrizes como um projeto de formação e conhecimento do serviço social, entende-se que a afirmação das diretrizes para além daquela formulada no texto legal é a ação política mais consistente na direção de sua efetiva realização, que se concretiza nos projetos pedagógicos nas unidades de ensino (CASSAB, 2003, p. 147).

Uma das marcas centrais da atuação da entidade no período foi interferir nos parâmetros e processos de avaliação institucional dos cursos de Serviço Social.

A questão da avaliação institucional foi objeto de debates, em sequência à gestão anterior, que já debatia a questão em um Seminário Nacional.

Algumas diretrizes importantes norteavam a ação:

- A crítica ao modelo produtivista de universidade – no qual através de uma razão instrumental dissociam-se os meios dos fins, autonomizando-os e pensando todo o processo formativo através de alguns de seus resultados mensuráveis, descomplexificando-o;
- A questão da democracia no processo de avaliação desde sua construção – é necessário que todos aqueles sujeitos políticos sejam chamados ao debate sobre a avaliação dos cursos superiores e isso não seja entregue ao mercado “[...] como grande força organizadora da vida social” (CASSAB, 2003).
- A avaliação faz parte do processo de democratização do ensino superior e do controle social sobre as instituições de formação e produção de conhecimentos, bem como dos fundos públicos aí investidos.
- A questão de quem avalia os avaliadores, ou seja, quais os critérios que publicizados, podem devolver a esses sujeitos políticos a avaliação feita.

Esses fundamentos traduziram-se na ação de avançar na formulação de uma política acadêmica para o Serviço Social, introduzir outros interlocutores na reflexão crítica sobre a política de ensino superior. Recorreu-se a debates, estudos, publicações, acompanhamentos das ações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), tratamento dos padrões para autorização e reconhecimento de cursos, problematização sobre o tema avaliação; mobilização em torno ao cadastro de avaliadores, debates de experiências em andamento, posicionamento quanto ao processo de indicação de nomes para o comitê de assessores.

Nesse enfrentamento, ganha densidade a sustentação teórica no processo de implantação das Diretrizes com estímulos à produção teórica; à ampliação de interlocutores para o debate; à problematização das condições objetivas em que a formação se realiza. Há, portanto, uma dedicação à definição e ao incremento de uma política editorial.

Assim, a *Temporalis* torna-se uma ação privilegiada de entidade. Durante o período foram publicados 4 volumes da revista e dois Suplementos que registraram os documentos produzidos nos eventos que expressavam as decisões e encaminhamentos da política, coletivamente estabelecidas. Além desta publicação, em CD registrou-se o 8º Encontro de Pesquisadores, bem como se privilegiaram o debate e a construção de canais de interlocução entre os pesquisadores.

Com a compreensão de que o fortalecimento da entidade está depositado centralmente na sua relação com as unidades de ensino, a comunicação com estas foi priorizada com documentos, cartas, intensificação da comunicação via página eletrônica. Paralelamente a isso, o fortalecimento da atuação da Abepss pelas regiões, como parte fundamental da estratégia de fortalecer e capitalizar a Abepss, foi assumido e os protagonistas dessas ações, por vezes, as superaram.

Tomando emprestada a reflexão de Benjamin:

[...] além de um plano, em escavação é igualmente indispensável o golpe sensível e experimental da pá na terra escura e perde o melhor quem só conserva no registro escrito o inventário de seus achados e não a obscura felicidade do local encontrado. Procurar em vão é tão importante quanto ter a sorte de encontrar (BENJAMIN apud CASSAB, 2003, p. 144).

Podemos dizer que esta gestão contribuiu para seguir a escavação histórica da Abepss, atentando-se para a firmeza e para a sensibilidade dos golpes, com a certeza de que não procuramos em vão e que contribuimos para encontrar o lugar da Abepss no curso de sua história neste tempo.

Registrar o produto de um trabalho coletivo é desafio grandioso.

Benjamin genialmente mostra a extensão dele quando se lembra das escavações que se faz a esmo, levadas a efeito no tempo cotidiano e que são as que possibilitam os achados. Se achados foram feitos, deverão ser creditados a muitos. Por isso a necessidade de registro das pessoas que mais diretamente estiveram nesse trabalho: Maria Rosângela Batistoni, Coordenadora Nacional de Graduação; Maria Inês Bravo, Coordenadora Nacional de Pós-Graduação; Kátia Regina de Souza Lima, Secretária; Maria Lídia Souza da Silveira, Tesoureira; Marina Barbosa Pinto e Marilene Sansão, suplentes da Executiva Nacional; Andréa Carla S. Everton, Representante Estudantil de Graduação; Marcela Reis, suplente; Elisabete Amorim Leandro, Representante Estudantil da Pós-Graduação; Ângela Santana Amaral, suplente. E as Vice-Presidentes Regionais: Rosa Lucia Predes Trindade, Nordeste; Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, Norte; Erivã Garcia Velasco, Centro-Oeste; Sheila de Souza Backx, Leste; Tânia Maria Ramos de Godói Diniz, Sul; Esther Luiza Lemos Hein, Sul I (CASSAB, 2003, p. 156).

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASSAB, M. A. T. Balanço crítico: gestão 2001/2002. **Temporalis**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 144-156, jan./jun. 2003.